

Derrota estava prevista

O que levou o presidente José Sarney a recuar da posição intransigente que adotara em relação à dívida dos Estados foi a certeza da derrota humilhante no Congresso Nacional. O Palácio do Planalto estava convencido, com base em informações seguras, de que o substitutivo do senador Almir Gabriel, relator da Comissão de Orçamento, seria aprovado em plenário, o que poderia levar o presidente da República a uma situação humilhante: até o seu veto ao projeto — e ele fatalmente teria que vetá-lo — seria derubado pelo Congresso.

O presidente preferiu entregar os anéis: determinou ao seu assessor parlamentar, Henrique Hargreaves, anteontem, que mobilizasse os membros da Comissão de Orçamento não hostis ao Governo, para uma reunião no Palácio da Alvorada, ontem de manhã: queria sondá-los sobre a possibilidade de uma proposta de consenso.

Pediu, também anteontem, ao ministro do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, que telefonasse para o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, convidando-o para uma conversa sobre a dívida dos Estados, também no Palácio da Alvorada.

Sarney conseguiu reunir, na

sua residência oficial, 21 parlamentares não hostis ao Governo. A comissão de Orçamento tem 62 integrantes.

O “amolecimento” do presidente José Sarney, no que diz respeito à dívida dos Estados, começou na última sexta-feira, no Instituto do Coração, em São Paulo, para onde levava sua mãe, Dona Kiola, vítima de uma hemorragia intestinal. Lá, o governador Orestes Quércia o pegou durante quase três horas.

O principal argumento foi, além da iminência da derrota no plenário do Congresso, a necessidade de união das forças do centro, diante do crescimento das esquerdas, especialmente do Partido dos Trabalhadores. O horizonte, aí, é a eleição presidencial.

Ontem, o governador Newton Cardoso também conversou com o presidente José Sarney sobre o perigo Lula, ou Brizola. Da necessidade de “arrumarmos a casa, porque se não controlarmos a inflação o povo brasileiro vai votar revoltado, é voto de protesto”.

Aproveitou para empurrar a proposta, camuflada pela idéia de criação do Ministério da Economia, de demissão do ministro Máílson da Nóbrega. Ele é visto pelos governadores como o principal responsável pela intransigência do Governo.